

TIPOS E GÊNEROS DE DISCURSO

Todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um *gênero de discurso*. Os locutores dispõem de uma infinidade de termos para categorizar a imensa variedade dos textos produzidos em uma sociedade: "conversa", "manual", "jornal", "tragédia", "*reality show*", "romance sentimental", "descrição", "polêmica", "soneto", "narrativa", "máxima", "semanário", "panfleto", "relatório de estágio", "mito", "cartão de boas festas" etc. Nota-se que a denominação desses gêneros apóia-se em critérios muito heterogêneos: "romance sentimental" remete a um tipo de conteúdo (sentimental); "narrativa", a um modo de organização textual; "jornal", ao caráter periódico da publicação; "soneto", a uma certa disposição dos versos de um poema... Essas categorias variam em função do uso que delas se faz: as categorias de que dispõe um leitor que procura um livro em uma livraria não são as dos livreiros, as dos críticos literários dos jornais, nem as dos teóricos da literatura. Existem denominações que não pertencem ao léxico corrente, são próprias de certas profissões: os jornalistas, por exemplo, utilizam um vocabulário específico, ensinado nos cursos profissionais: "primeira página", "chamada", "lide" etc.

Tais categorias correspondem às necessidades da vida cotidiana e o analista do discurso não pode ignorá-las. Mas também não pode contentar-se com elas, se quiser definir critérios rigorosos. O rigor não

impede, contudo, que se aceitem critérios variados, que correspondem a formas distintas de apreender o discurso. Existem, portanto, tipologias de diferentes ordens.

1. As tipologias comunicacionais

Categorias como "discurso polêmico", "didático", "prescritivo" etc. indicam aquilo que *se faz* com o enunciado, qual é a sua *orientação comunicacional*. Elas se apresentam ora como classificações por *junções da linguagem*, ora por *funções sociais*. Mas é muito difícil traçar uma fronteira nítida entre esses dois tipos. Oscila-se entre categorias muito abstratas, como "polêmico", "prescritivo", "informativo", que permeiam o conjunto dos gêneros de discurso, e categorias muito mais próximas das divisões da sociedade em setores de atividades ("político", "estético", "ético" etc).

Funções da linguagem

A tipologia das "funções da linguagem" de R. Jakobson (funções "referencial", "emotiva", "conativa", "fática", "metalingüística", "poética") é a mais célebre dessas classificações de ordem comunicacional. Os discursos são classificados de acordo com a função predominante. Por exemplo, nos textos em que a função conativa predomina (folhetos publicitários, instruções de uso, normas etc), o locutor busca agir sobre o outro; no caso das gramáticas ou dos dicionários, dominaria a função "metalingüística" (quando a língua toma a si mesma por objeto) etc. Essa tipologia é de um manuseio muito delicado: não somente um mesmo discurso mobiliza muitas funções ao mesmo tempo, como também há muitos enunciados difíceis de associar com clareza a uma dessas seis funções.

Funções sociais

Muitos antropólogos ou sociólogos propõem distinguir um certo número de funções que seriam necessárias à sociedade: "função lúdica", "função de contato", "função religiosa" etc. Um gênero como

a charada, por exemplo, poderia ser integrado à função lúdica; um gênero como o sermão, à função religiosa; a conversa familiar, à função de contato etc. Tais funções são comuns a vários gêneros de discurso: uma função como a de "contato" encontra-se tanto em conversas de bar como em manifestações de pêsames, em cartões-postais etc.

2. As tipologias de situações de comunicação

Gêneros do discurso

Rótulos como "epopéia", "vaudeville", "editorial", "talk show" etc. designam o que habitualmente entendemos por **gêneros de discurso**, isto é, dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. O gênero do relatório de estágio, por exemplo, supõe a existência de empresas e de estudantes que buscam experiência profissional, de professores para aplicar e avaliar as tarefas escritas e, acima de tudo, de todo um sistema de ensino aberto ao mundo do trabalho. Poderíamos dizer coisas da mesma ordem a respeito do gênero "*fait divers*" que aparece nas sociedades em que há uma imprensa escrita de grande tiragem: num vilarejo, o boato é suficiente para divulgar as notícias.

As tipologias dos gêneros de discurso se contrapõem, desse modo, às tipologias comunicacionais por seu caráter historicamente variável. Em toda sociedade, seja qual for a época, encontramos categorias tais como "didático", "lúdico", "prescritivo" etc, enquanto o *talk show* ou o editorial nada têm de eterno. Poderíamos, assim, caracterizar uma sociedade pelos gêneros de discurso que ela torna possível e que a tornam possível.

Gêneros e tipos

Alguns autores empregam indiferentemente "gênero" e "tipo de discurso", mas a tendência dominante é a de distingui-los, como o fazemos desde o início deste livro: os gêneros de discurso pertencem a diversos *tipos* de discurso associados a vastos **setores de atividade social**. Assim, o "*talk show*" constitui *um gênero de discurso* no interior do *tipo de discurso* "televisivo" que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso "midiático", em que figurariam também

o tipo de discurso radiofônico e o da imprensa escrita. Dividimos, assim, a sociedade em diferentes setores: produção de mercadorias, administração, lazer, saúde, ensino, pesquisa científica etc. — setores que correspondem a grandes tipos de discurso. Tais divisões se baseiam em grades sociológicas mais ou menos intuitivas.

Outras classificações

Podemos dividir os gêneros de discurso tomando por invariante não um setor de atividade, mas um *lugar institucional*: o hospital, a escola, a empresa, a família etc. Se tomamos por invariante o hospital, por exemplo, podemos listar os múltiplos gêneros de discursos escritos ou orais que ali são praticados: a consulta, o laudo médico, as reuniões de serviço, as sessões de radiografia etc.

Podemos também tomar como critério o *estatuto dos parceiros* do discurso: discursos entre crianças e adultos, entre crianças, entre homens e mulheres, entre mulheres, entre superiores e inferiores etc. Mas falar do "discurso dos jovens" ou do "discurso das mulheres" provoca grandes dificuldades, pois são categorias enganadoras: um "jovem" participa efetivamente de múltiplas atividades de discurso, com interlocutores muito variados.

Ao lado dessas divisões baseadas no estatuto dos parceiros, há outras ligadas a um posicionamento de natureza *ideológica*: o "discurso socialista" ou o "discurso católico" de tal época ou de tal lugar... Na verdade, para a análise do discurso, tais unidades são indissociáveis dos gêneros de discurso que elas mobilizam e da forma como os mobilizam (ver capítulo 6).

3. Tipologias lingüísticas e discursivas

As tipologias enunciativas

Deixamos de lado um tipo de classificação menos conhecido por se basear em propriedades lingüísticas, mais precisamente, enunciativas. Na base encontra-se a oposição estabelecida pelo lingüista francês Emile Benveniste entre "discurso" e "história" (ou "narrativa"), que retomaremos no capítulo 10. Para dar um exemplo caricatural, essa divisão

permite opor um provérbio a uma conversa familiar: a enunciação do provérbio implica um tipo de corte entre o enunciado e sua situação de enunciação (ausência de EU-VOCÊ, nenhuma referência ao momento da enunciação), ao passo que uma conversa se organiza em torno da dupla EU-VOCÊ e de um presente que coincide com o momento da enunciação.

Em busca de tipologias discursivas

As tipologias enunciativas estão muito distantes da inscrição social dos enunciados. Por sua vez, as tipologias comunicacionais ou situacionais não levam em consideração os funcionamentos lingüísticos dos textos. Para a análise do discurso, o ideal seria poder apoiar-se também sobre tipologias propriamente *discursivas*, ou seja, tipologias que não separassem, por um lado, as caracterizações ligadas às funções, aos tipos e aos gêneros de discurso e, por outro, as caracterizações enunciativas. Com o progresso das pesquisas sobre o discurso, tais tipologias não deixarão de se desenvolver. O que chamamos de "discurso de vulgarização", por exemplo, corresponde a uma função social, mas é igualmente indissociável de certos funcionamentos lingüísticos: não se podem separar esses dois aspectos.

4. Utilidade dos gêneros de discurso

Um fator de economia

Para um locutor, o fato de dominar vários gêneros de discurso é um fator de considerável *economia* cognitiva. Como enfatizava o lingüista russo M. Bakhtin,

Aprendemos a moldar nossa fala pelas formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada, prever o final, em outras palavras, desde o início somos sensíveis ao todo discursivo [...] Se os gêneros de discurso não existissem e se não tivéssemos o domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala, se fôssemos obrigados a construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria impossível.

Esthétique de la création verba-le, Gallimard, 1984, p. 285.

Graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso, não precisamos prestar uma atenção constante a todos os detalhes de todos os enunciados que ocorrem à nossa volta. Em um instante somos capazes de identificar um dado enunciado como sendo um folheto publicitário ou como uma fatura e, então, podemos nos concentrar apenas em um número reduzido de elementos.

Assegurar a comunicação

Sendo partilhada pelos membros de uma coletividade, a competência genérica permite também evitar a violência, o mal-entendido, a angústia de um ou outro dos participantes da troca verbal, enfim, permite *assegurar* a comunicação verbal.

Suponhamos que eu escreva um cartão-postal de férias a um amigo; ele sabe tanto quanto eu o que esperar desse tipo de mensagem, e cada um de nós sabe que o outro detém tal saber: ele não ficará magoado pelo fato de meu texto ser muito curto, nem chocado por eu falar somente do tempo e de meus passeios ou por eu não enviar o cartão em um envelope etc. Respeitando, assim, as normas do gênero do cartão-postal, não corro o risco de ofender meu destinatário ou de perder sua consideração (ver capítulo 2, item 3, a noção de "face"). Além disso, como um certo número de direitos e deveres associados ao gênero são conhecidos pelos falantes, é possível fazer *transgressões* portadoras de sentido: se, estando à beira-mar, envio um cartão-postal da torre Eiffel a alguém que mora em Paris, posso esperar que ele procure descobrir o que está por trás dessa escolha. A transgressão de uma regra implícita do gênero "cartão-postal de férias" permite indicar ao destinatário que ele deve procurar um subentendido, variável conforme a situação (ver capítulo 2, item 1).

5. Como conceber um gênero?

Obras e rotinas

A noção tradicional de gênero foi inicialmente elaborada no âmbito de uma poética, de uma reflexão sobre a literatura. Só recentemente ela se estendeu a todos os tipos de produções verbais. Essa transferência não se faz sem riscos. Com efeito, as obras literárias não se

ligam à categoria do gênero da mesma forma que um panfleto ou um curso de matemática. Quando, por exemplo, um dramaturgo do século XVII intitula "tragédia" uma de suas obras, ele a inscreve naquilo que Jean-Marie Schaeffer chama de "classe genealógica",¹ estabelecendo uma referência com obras anteriores, no caso, obras gregas, retomadas mais ou menos fielmente. A relação entre o romance picaresco francês do século XVIII, *Gil Blas*, e os romances picarescos espanhóis estabelece-se, sobretudo, pelas semelhanças e diferenças com os modelos. Acontece o mesmo quando um filósofo escreve um diálogo: ele se situa numa tradição que remonta aos diálogos de Platão. As obras apontam então para seus "protótipos": *As ligações perigosas*, no caso do romance em cartas, *A Ilíada* para a epopéia etc. Em contrapartida, quando se trata não de obras singulares, mas de relatórios de estágio, de reportagens esportivas televisionadas, de cursos universitários etc, não existe tal filiação a obras consagradas: trata-se de *rotinas*, de comportamentos estereotipados e anônimos que se estabilizaram pouco a pouco, mas que continuam sujeitos a uma variação contínua. A arenga de um camelô ou a redação de *um fait divers* seguem uma rotina, adaptada às circunstâncias; não se baseiam em nenhum texto-modelo. Por outro lado, alguns gêneros muito ritualizados obedecem a um modelo definitivamente estabelecido, do qual não é possível afastar-se (por exemplo, a missa).

Uma atividade bem-sucedida ou não

Os gêneros de discurso não podem ser considerados como formas que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. Trata-se, na realidade, de atividades sociais que, por isso mesmo, são submetidas a um critério de êxito. Os "atos de linguagem" (a promessa, a questão, a desculpa, o conselho etc.) são submetidos a condições de êxito: por exemplo, para prometer alguma coisa a alguém, é preciso estar em condições de realizar o que se promete, que o destinatário esteja interessado na realização dessa promessa etc. Ato de linguagem de um nível de complexidade superior, um gênero de discurso encontra-se também submetido a um conjunto de condições de êxito. Essas condições envolvem elementos de ordens diversas, especialmente os que apresentaremos a seguir.

1. *Qu'est-ce qu'un genre littéraire?* Paris, Le Seuil, 1989.

Uma finalidade reconhecida

Todo gênero de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade se define ao se responder à questão implícita: "Estamos aqui para dizer ou fazer² o quê?". Começar uma conversa tem por objetivo manter laços sociais, redigir uma dissertação visa mostrar aptidões a fim de obter uma avaliação etc. Essa finalidade pode ser indireta: a publicidade visa seduzir, para, em última instância, vender um produto. A determinação correta dessa finalidade é indispensável para que o destinatário possa ter um comportamento adequado ao gênero de discurso utilizado.

O estatuto de parceiros legítimos

Que papel devem assumir o enunciador e o co-enunciador? Nos diferentes gêneros do discurso, já se determina de quem parte e a quem se dirige a fala. Um curso universitário deve ser ministrado por um professor, que se supõe deter um saber e ser devidamente autorizado para exercer o ensino superior; deve ser dirigido a um público de estudantes que, supostamente, não detêm esse saber. Uma transação comercial envolve um cliente e um vendedor, o controle de bilhetes de transporte associa um cobrador e um passageiro, um texto publicitário põe em relação uma marca e um consumidor etc. Às vezes, essas relações são materializadas por um uniforme (cf. o cobrador no trem). A cada uma delas correspondem direitos e deveres, mas também saberes: o leitor de uma revista científica de cardiologia deve possuir um saber médico diferente do que detém o espectador de um programa de televisão sobre doenças cardiovasculares.

O lugar e o momento legítimos

Todo gênero de discurso implica um certo lugar e um certo momento. Não se trata de coerções "externas", mas de algo constitutivo. Suponhamos que um padre reze uma missa numa praça pública ou que um professor dê uma aula em um bar: são lugares normalmente ilegítimos para esses gêneros de discurso. Em consequência, a transgressão pode ser significativa: no primeiro exemplo, pode-se tratar de legitimar um espaço normalmente ilegítimo (mostrando que a Igreja deve abrir-se ao mundo); no segundo, pode ser, ao contrário, para protestar contra a falta de locais de ensino.

2. Fórmula de P. Charaudeau, "Une analyse sémiolinguistique du discours", in *Langages*, n° 117, 1995, p. 102.

As noções de "momento" ou de "lugar" de enunciação exigidas por um gênero de discurso não são evidentes.

Um cartaz publicitário fixado à beira de uma via férrea é feito para ser visto rapidamente, enquanto uma propaganda em uma revista é itinerante (pode-se ler um periódico em qualquer lugar) e fica disponível ao leitor por tempo indeterminado. O cartaz não constitui a "mesma" propaganda que a que aparece numa revista feminina: seu público é indeterminado (qualquer pessoa que venha a andar de trem: homens, mulheres, crianças, pessoas de qualquer profissão, de qualquer idade...); já a publicidade da revista feminina tem um público especificado. Essa diferença afeta seu modo de consumo. Os leitores potenciais do cartaz podem não chegar a tomar conhecimento dele e, de qualquer forma, não terão muito tempo, nem, talvez, desejo de lê-lo. Nesse caso, o publicitário criador do cartaz deverá se contentar com um texto simples, bem curto e com letras bem grandes. No caso da revista, ao contrário, trata-se de "prender" a atenção instável do leitor que a folheia; nesse caso, propõem-se pelo menos dois níveis de texto: por um lado, um fragmento curto em letras grandes que condensa a informação e atrai o olhar; por outro, para o leitor que aceita prosseguir, um texto com letras menores em que são desenvolvidos alguns argumentos.

Quanto à temporalidade de um gênero do discurso, ela implica vários eixos:

- uma **periodicidade**: um curso, uma missa, um telejornal, por exemplo, são periódicos; já um pronunciamento de chefe de Estado ou um panfleto não obedecem a uma periodicidade;
- uma duração de **encadeamento**: a competência genérica indica aproximadamente qual é a duração de realização de um gênero de discurso. Certos gêneros implicam mesmo a possibilidade de *várias* durações. Um jornal cotidiano distingue pelo menos duas durações de leitura de um artigo: o simples levantamento dos elementos destacados em negrito e em maiúsculas, seguido eventualmente de uma verdadeira leitura do texto;
- uma **continuidade** nesse encadeamento: uma piada precisa ser contada de uma só vez, enquanto um romance é normalmente lido com um número indeterminado de interrupções;
- uma duração de **validade** presumida: uma revista é considerada válida durante uma semana; o jornal, por um dia; já um texto reli-

gioso fundador (a Bíblia, o Alcorão, p. ex.) propõe-se a ser lido por tempo indefinido.

Um suporte material

Até aqui tratamos de jornais e cartazes; entraremos agora em um campo ao qual se atribui atualmente uma grande importância: a dimensão *midiológica* dos enunciados (ver capítulo 6). Um texto pode passar somente por ondas sonoras (oralidade), ter suas ondas tratadas e depois restituídas por um decodificador (rádio, telefone etc), ser manuscrito, impresso em um único exemplar (impressora individual), figurar na memória de um computador etc. Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero de discurso: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em uma sala para um público exclusivamente formado pelos ouvintes presentes. O que chamamos "texto" não é, então, um conteúdo a ser transmitido por este ou aquele veículo, pois o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de *suporte/transporte* e de *estocagem*, logo, de *memorização*.

Uma organização textual

Todo gênero de discurso está associado a uma certa *organização textual* que cabe à lingüística textual estudar. Dominar um gênero de discurso é ter uma consciência mais ou menos clara dos modos de encadeamento de seus constituintes em diferentes níveis: de frase a frase, mas também em suas partes maiores. Esses modos de organização podem ser objeto de uma aprendizagem: a dissertação, as anotações de síntese etc, se ensinam; outros gêneros, na realidade a maioria, são aprendidos por impregnação. Um gênero elementar como o provérbio é constituído de um só enunciado estruturado de maneira binária ("Tal pai/tal filho", "Quem tudo quer, tudo perde" etc). Ao lado dos gêneros de organização textual rígida, como a dissertação, há outros que seguem "roteiros mais flexíveis", como a conversa em família. Uma conversa começa com falas ritualizadas sobre o tempo, a saúde, por exemplo, e encerra-se por despedidas e promessas de um novo encontro; entre essas duas partes, os coenunciadores tomam sucessivamente a palavra e a conservam durante um tempo relativamente curto, sem seguir um plano rigoroso.

6. Contrato, papel, jogo

Para caracterizar os gêneros de discurso, costuma-se recorrer a metáforas tomadas de empréstimo essencialmente de três domínios: *jurídico* (contrato), *lúdico* (jogo) e *teatral* (papel). Nenhuma dessas metáforas é perfeitamente exata, nem suficiente; contudo, possuem um valor *pedagógico*, cada uma evidenciando um aspecto importante do gênero de discurso.

O contrato

Dizer que o gênero de discurso é um **contrato**³ significa afirmar que ele é fundamentalmente cooperativo e regido por normas (ver capítulo 2, item 1). Todo gênero de discurso exige daqueles que dele participam a aceitação de um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir. Evidentemente, esse "contrato" não necessita ser objeto de um acordo explícito: "E justamente porque o contrato de comunicação é fundador do ato de linguagem que ele *inclui sua própria validação*. O outro interlocutor-destinatário é considerado como subscrevendo antecipadamente os termos do contrato.⁴ Um jornalista assume o contrato implicado pelo gênero de discurso do qual participa; *umfait divers*, por exemplo, deve ser verídico (relatar somente a verdade), apresentar um tema adequado ao *faitdivers* (um incêndio em um celeiro e não um acontecimento político), conter todas as informações necessárias à compreensão (cf. os famosos "quem?", "quando?", "onde?"...), não pressupor quaisquer saberes que não sejam os de seu leitor-modelo (ver capítulo 3, item 4) etc. De forma recíproca, é natural que o leitor de *umfait divers* espere que sejam respeitadas essas normas que correspondem às suas expectativas em relação ao gênero, e não poderá avaliar negativamente o texto se elas forem respeitadas.

O papel

Existe desde a Antigüidade uma longa tradição de moralistas que consideram as interações sociais como um imenso teatro onde tudo o

3. Problemática que tem sido desenvolvida sobretudo por P. Charaudeau, em seu livro *Langage et discours* (Hachette, 1983) e em seus trabalhos posteriores.

4. P. Charaudeau, *Cahiers de linguistique française*, n. 17, p. 160.

que se faz é representar papéis. Falar de **papel** é insistir no fato de que cada gênero de discurso implica os parceiros sob a ótica de uma condição determinada e não de todas as suas determinações possíveis. Quando um policial verifica a identidade de uma pessoa, ele intervém enquanto agente da ordem pública, não enquanto pai de uma família de três crianças, moreno, de bigode, com um sotaque de Toulouse ou da Alsácia etc. Quanto ao indivíduo investigado, a investigação se limita às oposições ter/não ter documentos, estar/não estar sendo procurado pela justiça etc. Não é assim que acontece no diálogo terapêutico, por exemplo, num tratamento psicanalítico, quando determinações bem diferentes são invocadas: ser homem ou mulher, estar ou não angustiado, ser infeliz no amor etc. Essa metáfora teatral, entretanto, tem seus limites: um ator pode afirmar não ser Hamlet ou Harpagon, mas aqueles que tomam parte em gêneros de discurso, salvo em situações muito particulares, não podem deixar seus trajes nos camarins. De um certo modo, nossa personalidade é tecida com os "papéis" em que atuamos.

Ojogo

Falar de **jogo** é, de alguma forma, cruzar as metáforas do contrato com as do teatro, enfatizando simultaneamente as regras implicadas na participação em um gênero de discurso e sua dimensão teatral. Como o jogo, um gênero implica um certo número de regras preestabelecidas mutuamente conhecidas e cuja transgressão põe um participante "fora do jogo". Mas, contrariamente às regras do jogo, as regras do discurso nada têm de rígido: elas possuem zonas de variação, os gêneros podem se transformar. Além disso, o gênero de discurso raramente é gratuito, ao passo que um jogo exclui as finalidades práticas, visando apenas ao lazer.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maingueneau, Dominique

Análise de textos de comunicação / Dominique Maingueneau ;
tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. - 5. ed. - São Paulo :
Cortez : 2008.

Título original: Analyser les textes de communication.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-0778-4

1. Análise do discurso 2. Comunicação de massa e linguagem
3. Lingüística I. Título.

01-0838

CD-401.41

índices para catálogo sistemático:

1. Análise do discurso : Comunicação : Linguagem 401.41